

OFC-GabDesTJS - 632024  
Código de validação: FCB7CAB042

São Luís (MA), 10 de abril de 2024

**A Sua Excelência o Senhor**  
Paulo Sérgio Velten Pereira  
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

**Assunto: Relatório Audiência Pública na comarca de Presidente Dutra**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, encaminho a V. Exa. Relatório da Audiência Pública (em documento anexo) realizada na comarca de Presidente Dutra, no dia 21 de março do corrente ano. A Audiência Pública foi a 3ª de minha gestão, promovida por esta Ouvidoria com o propósito de estimular a participação popular na construção de um Poder Judiciário mais eficiente, republicano e próximo da sociedade.

Assim, dou ciência do ocorrido por ocasião da Audiência Pública na esperança de que V. Exa. encaminhe a solução adequada para os problemas que estejam na sua esfera de atribuição e competência.

Atenciosamente,

Desembargador TYRONE JOSÉ SILVA  
2º Vice-Presidente  
Matrícula 16246

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 10/04/2024 21:18 (TYRONE JOSÉ SILVA)



## Audiência Pública Presidente Dutra

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Maranhão promoveu audiência pública na Comarca de Presidente Dutra no dia 21/03.

A audiência Pública foi dirigida pelo Ouvidor Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão o Desembargador Tyrone José Silva e contou com a presença de magistrados, magistradas, advogados, advogadas, autoridades das forças de segurança, promotores, vereadores e a população local e de cidades circunvizinhas, tais como Tuntum, São Domingos do Maranhão, Dom Pedro Governador Eugênio Barros.

Na abertura da Audiência o Desembargador Ouvidor Tyrone Silva convocou os presentes a participarem não apenas como ouvintes, mas de forma ativa na construção de uma justiça mais próxima dos anseios da sociedade.

Cerca de 80 pessoas estiveram presentes no Salão do Jurí do Fórum de Presidente Dutra e puderam elogiar os acertos da prestação do serviço jurisdicional, mas também, puderam tecer críticas ao que precisa ser melhorado, bem como, realizaram solicitações acerca do que a população local precisa.

A população da cidade de Presidente Dutra chegou a 45155 pessoas no Censo de 2022 e conta com uma população flutuante muito densa, haja vista ser uma cidade que recebe diariamente milhares de pessoas de municípios vizinhos.

Os manifestantes elogiaram a condução dos trabalhos judicantes na comarca de Presidente Dutra e destacaram o bom relacionamento institucional entre as magistradas, as forças de segurança, os servidores e servidoras do fórum, os chefes de cartórios e as autoridades políticas daquele município.

Os manifestantes foram unânimes, também, em elogiar a iniciativa do Ouvidor Desembargador Tyrone José Silva em realizar a Audiência Pública no município de Presidente Dutra denotando um ato de proximidade com os jurisdicionados que pela distância física da sede do Tribunal contam com esta oportunidade ímpar de se fazerem ouvidos em suas reclamações, sugestões, dúvidas e elogios.

A primeira solicitação da Audiência Pública foi o pedido de implantação de um juizado especial e de um centro de conciliação na comarca de Presidente Dutra, para ajudar a reduzir as demandas de menor complexidade nas 1º e 2º Varas e com isso reduzir o tempo de tramitação processual, dando maior celeridade na finalização da demanda.

O Secretário Municipal de Segurança de Presidente Dutra fez o pedido para que retornasse a utilização e a doação de bens por parte dos órgãos do Ministério Público e do Tribunal de Justiça para que os guardas municipais pudessem ter um melhor aparelhamento na prestação de serviços de segurança.

Um manifestante informou que a polícia militar também se valia dessa ajuda do Poder Judiciário na questão do combustível para realizar rondas e diligências e que o trabalho está prejudicado pelo impedimento desses repasses de outros poderes.

A Magistrada dra. Michelle informou que não realiza mais doações aquele órgão municipal por força do ato 28 de relatoria do Desembargador dr. Gervásio que impede tal ato. Houve inclusive recurso por parte do Ministério Público, porém infrutífero.

Um advogado manifestante informou as dificuldades que os magistrados advogados e as partes têm em utilizar o google meet na realização de audiências virtuais tendo em vista que as mesmas não podem ser pausadas, são gravadas somente de forma contínua.

Para que possam ser “fatiadas” as gravações de acordo com a fala de cada participante da audiência, se faz necessário que após a fala de cada um seja interrompida a transmissão e retorne em seguida.

A solicitação feita ao Ouvidor é de que o Tribunal possa entrar em contato com a empresa Google e verificar a possibilidade de otimizar a ferramenta para que possa facilitar a condução das audiências e sua gravação.

A Magistrada dra. Michelle complementou que seria interessante a utilização do google meet de forma gratuita para pessoas que não dispõem de internet da mesma forma que foi utilizada pela justiça eleitoral no período das eleições.

A dra Michelle pontuou também que é um ótimo sistema mas tem gerado problemas que podem ser facilmente resolvidos no tocante a gravação e utilização desta ferramenta.

A dra. Iara Macedo abordou os temas de gratuidade da justiça como um fatos que obstrui o acesso à justiça, tendo em vista que muitos tem sido negados quando a parte é notadamente hipossuficiente; e o valor do dano moral que reduzido gera um desestímulo na parte em busca da reparação do dano.

Outro manifestante, advogado, destacou a subjetividade da hipossuficiência, mesmo a parte tendo algum bem como um carro ou uma casa.

O mesmo manifestante destacou o caráter pedagógico na aplicação do dano moral e corroborou com o tema levantado pela dra. Iara, além de pedir também a majoração dos danos morais nas demandas vindouras.

A sra. Isafran que trabalha na Secretaria da Mulher do Município de Presidente Dutra trouxe à audiência o tema mulheres vítimas de violência e questionou como a Ouvidoria avalia a eficácia das medidas de proteção as mulheres e quais são as medidas a serem adotadas.

O Desembargador Ouvidor Tyrone José Silva apontou que o trabalho executado pelo desembargador Cleones Cunha que é Coordenador da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COMSIV tem sido premiado a nível nacional por combater a violência contra a mulher e aduziu também que o propósito é avançar ainda mais nesse quesito.

O Desembargador apontou também que a crescente na quantidade de casos está ligada não ao aumento da violência, mas sim na confiança que a população está tendo em buscar os órgãos competentes e denunciar os casos de agressão que ocorrem no estado.

A procuradora do município de Tuntum parabenizou o magistrado que atua naquela comarca pelos serviços prestados, bem como ressaltou que o serviço extrajudicial no mesmo município também foi premiado. Sua solicitação foi por mais um oficial de justiça para atuar na comarca justificando que as demandas estão em atraso por ausência de intimações e outros afazeres afetos ao cargo.

A mesma manifestante pontuou também que há duas varas na comarca de Tuntum, uma instalada e outra apenas criada e que seria de grande valia a instalação de mais uma vara na comarca de Tuntum para ajudar a reduzir a demanda que está concentrada na vara única.